

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.636.425 - PE (2016/0289619-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : PAULO RUBENS FREIRE VILAR
ADVOGADOS : CARLO PONZI E OUTRO(S) - PE006865
LEONARDO MONTENEGRO DUQUE DE SOUZA -
PE020769
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interno manejado por **Paulo Rubens Freire Vilar**, desafiando decisão que não conheceu do recurso especial, sob os fundamentos de que: (I) não houve a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos; e (II) aplicável a Súmula 284/STF no tocante ao apontado dissídio pretoriano, visto que não explicitado o dispositivo de norma federal sobre a qual teria havido dissidência interpretativa.

O agravante, em suas razões, sustenta que: (I) "*o tópico que tratou da divergência jurisprudencial bem colocou que o dispositivo de lei objeto da discussão é o § 1º do art. 16 da Lei nº 6.830/1980*" (fl. 661); e (II) "*tem se decidido que eventual ausência de penhora ou a insuficiência desta não obstará o recebimento dos embargos à execução, podendo ser suprida por posterior reforço, que pode se dar em qualquer fase do processo (art. 15 da LEF), sem prejuízo do regular processamento do feito [...] No entanto, o acórdão recorrido não enfrentou este ponto, violando os artigos 1.022 e 489, § 1º, IV, V e VI do CPC*" (fl. 664).

Transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (fl. 672).

É O BREVE RELATO.

Melhor compulsando os autos, exercendo o juízo de retratação facultado pelo art. 1.021, § 2º, do CPC/2015, e 259 do RISTJ, reconsidero a decisão agravada, tornando-a sem efeito, passando novamente à análise do recurso:

Trata-se de recurso especial manejado por **Paulo Rubens Freire Vilar**, com base no art. 105, III, *a e c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional

Superior Tribunal de Justiça

Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 574):

Tributário e Processual, Civil. Execução fiscal. Embargos à execução. Inexistência do cerceamento de defesa.

I - Ausência de garantia do Juízo. Art. 16, § 1º, Lei nº 6.830/80. Princípio da especialidade.

II - Processo extinto sem resolução do mérito. Art. 267, I, CPC. Recurso representativo da controvérsia. Art. 543-C, CPC. Manutenção da sentença.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 600/606).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 489, § 1º, 1.022 do CPC/2015; e 16, § 1º, da Lei 6.830/80. Sustenta, em resumo, que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissos acerca das questões neles suscitadas; e (II) "*a jurisprudência relativiza a exigência da garantia para não se obstaculizar o acesso ao Judiciário, no caso de hipossuficiência do Recorrente, condição que restou comprovada no presente feito*" (fl. 621).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O presente recurso especial foi interposto em embargos de devedor aviados pelo ora recorrente nos autos da execução fiscal nº 0016212-52.2000.4.05.8300 (cf fl. 3).

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal **a quo**, verifica-se que, em 22/1/2018, a referida execução fiscal restou suspensa em razão da celebração de parcelamento do débito objeto do feito executivo.

Assim, resta caracterizada a perda superveniente do interesse recursal do ora recorrente, nos termos do art. 1.000, parágrafo único, do CPC/2015. Nessa mesma linha de raciocínio:

TRIBUTÁRIO – AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL - PARCELAMENTO - EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DO INTERESSE DE AGIR.

1. O parcelamento de dívida tributária em reconhecimento extrajudicial de dívida enseja a perda superveniente do interesse de agir, diante da assunção de conduta incompatível com o ato de se opor ao interesse creditício.

2. O interesse de agir evidencia-se por meio de um binômio segundo o qual a tutela jurisdicional deve ser a um só tempo necessária e adequada, o que não ocorre na concomitância da

Superior Tribunal de Justiça

conduta de discutir o crédito tributário via ação anulatória de débito fiscal com a de celebrar parcelamento fiscal.

3. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos modificativos, para prestar esclarecimentos.

(EDcl no REsp 1.128.087/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/12/2009, DJe 15/12/2009)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO. CONFISSÃO IRRETRATÁVEL. CRÉDITO CERTO E LÍQUIDO. EXTINÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR EM FACE DO RECONHECIMENTO DA LEGITIMIDADE DO CRÉDITO EXEQÜENDO.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver no acórdão ou sentença, omissão, contrariedade ou obscuridade, nos termos do art. 535, I e II, do CPC.

2. A confissão do próprio contribuinte ao firmar a priori o reconhecimento da dívida, pela confissão espontânea, e posteriormente pelo parcelamento de débito intentado, torna prescindível a homologação formal, sendo o crédito exigível, podendo ser imediatamente inscrito em dívida ativa. Assim sendo, a inscrição na Dívida Ativa do crédito certo e líquido, constitui-se ato administrativo plenamente válido.

3. Reconhecendo a legitimidade do crédito exequendo, o embargante renuncia ao direito em que se funda a sua oposição de mérito à execução fiscal, desaparecendo a partir de então o interesse de agir.

4. Embargos de declaração acolhidos, tão-somente para sanar a omissão apontada, reconhecendo a inexistência de óbices à execução fiscal.

(EDcl no REsp 548.107/PE, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 2/12/2003, DJ 19/12/2003, p. 364)

ANTE O EXPOSTO, (i) **reconsidero** a decisão de fls. 653/655, tornando-a sem efeito, e (ii) **não conheço** do recurso especial nos termos da fundamentação supracitada.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

